

O aspecto formativo das menções de Damião de Góis ao Brasil, em sua crônica do felicíssimo rei Dom Manuel, de 1566/67

The formative aspect of mentions of Damiao de Gois regarding Brazil in his cronicle of the fortunate king Dom Manuel, of 1566/67

Daniel Longhini Vicençon
Universidade Estadual de Maringá
Cianorte-Brasil

César de Alencar Arnaut de Toledo
Universidade Estadual de Maringá
Maringá-Brasil

Resumo

O objetivo do artigo é analisar como as referências feitas pelo humanista e diplomata português Damião de Góis (1502-1574) à chegada dos portugueses no Brasil e sobre o início da colonização em sua obra *Crônica do Felicíssimo rei Dom Manuel*, de 1566/67 possuem um aspecto formativo. Seus relatos contribuíram para consolidar o imaginário sobre o Brasil que circulava no continente europeu. O estudo crítico acerca da produção goisiana sobre o tema nos permite aprofundar as discussões relacionadas às políticas expansionistas adotadas por Portugal e às visões que foram divulgadas sobre o Brasil, as demais novas terras e seus povos originários.

Palavras-chave: História da educação; Damião de Góis; Crônica do felicíssimo rei Dom Manuel.

Abstract

This article's objective is to analyze the references made by Damiao de Gois (1502-1574) on the Portuguese's arrival in Brazil and the beginning of colonization in his piece *Cronica do Felicíssimo rei Dom Manuel*, of 1566/67. The critical study of Gois's production concerning that subject allows us to deepen our discussions about the expansionist politics adopted by Portugal and the views that were disseminated about Brazil, the other new lands, and its original people.

Keywords: History of education; Damião de Góis; Chronicle of the fortunate king Dom Manuel.

Considerações iniciais

O objetivo deste artigo é analisar os aspectos formativos das referências do humanista português Damião de Góis (1502-1574) à chegada dos portugueses ao Brasil. Diplomata respeitado na corte lusitana, no contexto das explorações marítimas, Damião de Góis, embora não tenha viajado ao Brasil, teve contato com diversos relatos que contribuíram para formar seu imaginário sobre o dito “Novo Mundo”. Sua visão sobre o Brasil foi divulgada em sua obra intitulada *Crônica do Felicíssimo rei D. Manuel*, de 1566/67.

Damião de Góis nasceu na vila portuguesa de Alenquer, no ano de 1502, onde faleceu em 1574. Era o quarto filho de Rui Dias de Góis e de sua esposa, Isabel Gomes de Limi. Com nove anos, passou a ter convivência na Casa Real, onde alguns de seus familiares trabalhavam. Sua experiência e sua convivência na Corte portuguesa com pessoas da nobreza, com homens de armas e com marinheiros permitiram que sua formação política se iniciasse de forma precoce.

Os portugueses, juntamente com os espanhóis, foram os primeiros a se lançarem ao mar na busca de novas terras, com o objetivo de encontrar outras possibilidades de comércio e obtenção de riquezas, além de expandir seus domínios no século XV. O resultado da expansão marítima foi o aquecimento da economia europeia a partir do século XVI, sobretudo pela descoberta das novas rotas comerciais para o Oriente. Junto à exploração do Ultramar, observou-se, nesse período, a ascensão de um grupo de comerciantes e artesãos, a burguesia mercantil.

A Coroa portuguesa, interessada em garantir riquezas e obter posição de destaque entre as nações da Europa, investiu recursos para se consolidar como uma potência. Os portugueses conquistaram e colonizaram diversos territórios, escravizaram ou exterminaram os povos originários desses locais sempre com o objetivo de extrair o máximo dos recursos naturais da região, a fim de maximizar o lucro.

Em um cenário de agitações e profundas transformações em todos os campos da atividade humana na gênese da Modernidade, Damião de Góis se destacou como um personagem importante, especialmente por suas funções políticas exercidas na Corte portuguesa, ao entrar em contato com outras nações, firmar acordos comerciais e defender os interesses portugueses. Conectado com a política expansionista portuguesa, Damião de

Góis não ficou alheio às notícias sobre a América portuguesa e acerca de seus habitantes originários ao registrar e divulgar as informações de que dispunha.

Embora não tenha escrito um tratado de pedagogia, a obra de Damião de Góis é formativa, pois permitiu a disseminação de informações sobre o Brasil e dos povos que habitavam a região. Ao mesmo tempo, enaltecia a política expansionista lusitana, demonstrando aos seus leitores que a Coroa portuguesa estava em um bom caminho.

Para discutir o tema proposto, primeiramente, é necessário considerar que o conceito de Educação é compreendido de forma ampla, entendendo-o como o processo de transmissão de saberes e conhecimento entre os seres humanos. E, para dar continuidade na discussão, serão analisadas a formação diplomática de Damião de Góis, seguida de uma análise de seus relatos sobre a América portuguesa e seus habitantes. Os escritos goisianos contribuem para uma compreensão mais ampla da colonização do território brasileiro e da formação de um imaginário cultural sobre seus povos originários, no contexto do nascimento da Modernidade, bem como do pensamento do próprio autor.

Damião de Góis: um diplomata português

Damião de Góis, um dos principais humanistas portugueses do século XVI, foi agente ativo das transformações políticas ocorridas em Portugal. Sua nação, consolidada na economia mercantil, enriquecia com as explorações da América Portuguesa e o comércio com a Índia. O absolutismo lusitano, estruturado e alicerçado pela Igreja, disseminava a fé católica, concomitante ao constante apoio do alto clero às investidas contra os diversos povos originários em meio à intensificação da escravidão africana.

O expansionismo lusitano contou com a convergência das necessidades da burguesia que estava expandindo seus comércios, e a nobreza, que intentava garantir seu desenvolvimento bélico. Sobre esse expansionismo Vitorino Magalhães Godinho afirma:

[...] marca-se, deste modo, duas grandes directrizes de expansão: a política de alargamento marítimo e comercial, e a política de dilatação territorial guerreira, aquela mais relacionada com os interesses económicos da burguesia, esta com os interesses políticos-financeiros da nobreza (Godinho, 2008, p. 198).

Por meio de uma forte participação política na economia, a Coroa portuguesa se estruturou na Modernidade por meio de um Estado centralizador. Para alavancar a economia mercantil, mecanismos fiscais foram criados a fim de possibilitar e favorecer a venda e troca

de produtos, ao possibilitar a circulação de mercadorias. O Reino português buscava acelerar as trocas comerciais. Além disso, a alta aristocracia investia na exploração do Ultramar para garantir posição de destaque nas negociações e também para encontrar especiarias e outros produtos de valor, a fim de aumentar seus lucros (Alencastro, 1998).

A compreensão da expansão marítima é importante porque permite uma análise mais crítica da gênese do mundo moderno. Conforme Karl Marx apontou, o fim do mundo feudal e o início do mundo moderno ofereceram as bases da economia capitalista “[...] A decomposição desta [estrutura econômica feudal] liberou os elementos daquela [estrutura econômica capitalista]” (Marx, 1996, p. 346). Por isso, torna-se importante entender a expansão marítima, pois, de acordo com Eric Hobsbawm, em seu livro *A era das revoluções – Europa 1789-1848* (grifo nosso), o avanço náutico e o domínio colonial europeu sobre a América, foram um dos elementos que resultaram, séculos mais tarde, na Revolução Industrial (Hobsbawm, 2005). Ou seja, a análise crítica do período mencionado permite entender, não só o século XVI, mas também toda a origem e o desenvolvimento do capitalismo no mundo ocidental.

As agitações no início da modernidade não estiveram relacionadas somente ao mundo intelectual, pois entre os séculos XIV ao XVI, podem ser observadas, também, as constantes mudanças no campo econômico, sobretudo pela ascensão da burguesia mercantil. E, justamente, por meio do avanço náutico e consequentemente, a descoberta de novas rotas marítimas e comerciais, inclusive para o Oriente, a economia ganhou uma nova roupagem.

A burguesia atuou politicamente, a fim de conquistar influência econômica na sociedade. Alicerçados nas práticas mercantis, os burgueses se apresentaram não como classe dominante, mas como um grupo político-social importante. A relevância do fenômeno é evidenciada por Karl Marx, pois considera que a formação do capital foi resultado da riqueza mercantil e usurária, típica da gênese da modernidade, assinalada não pelo acúmulo de alimentos, matéria-prima ou instrumentos de trabalho, mas da dissolução de um sistema econômico antigo (Marx, 2011).

Ao analisarmos o século XVI, torna-se necessário discutir as questões econômicas do período. Afinal, as riquezas encontradas na América, especialmente o ouro e a prata, alteraram as realidades política e econômicas do mundo Ocidental. Os burgueses, atentos ao processo de transformação do mundo, movimentaram-se para obter lucros, contentes com a

situação em que se encontravam, pois conquistaram privilégios em acordos políticos com as monarquias em ascensão, o que garantia renda para sua própria consolidação (Marx, 2011).

No caso de Portugal, a Coroa portuguesa se organizou por meio da forte participação política na economia. E, para garantir o desenvolvimento da economia mercantil, criou mecanismos fiscais que ampliaram a troca e venda de produtos, permitindo uma ampla circulação de produtos, com destaque ao imposto chamado *sis*a. Além disso, houve a concessão de benefícios aos comerciantes estrangeiros, por meio das *cartas de segurança*, que auferiam na continuidade de suas atividades comerciais.

Os reinados que garantiram destaque econômico para Portugal foram os de Dom João II (1455-1495, rei desde 1477) e Dom Manuel I (1469-1521, rei desde 1495), responsáveis por centralizar mais o poder régio e investir no expansionismo marítimo, que possibilitou para Portugal lucros importantes e resultando em um fortalecimento econômico e poderio bélico (Garcia, 1999). Isto se deu após o largo investimento em tecnologia náutica, fator inovador e que permitiu a navegação por “[...] mares nunca de antes navegados...” (Camões, 2000, p. 1).

Damião de Góis acompanhou de perto o desenvolvimento político e econômico de Portugal do século XVI, possibilitado pelo desenvolvimento marítimo iniciado no século anterior. Cresceu na corte, onde aprendeu os costumes da nobreza e sobre a política. Com o tempo ele se tornou homem de confiança para os monarcas portugueses. Em 1523, Dom João III (1502-1557, rei desde 1521), sucessor de D. Manuel, nomeou-o como secretário da Casa da Índia, nome dado à feitoria portuguesa na cidade de Antuérpia.

Os trabalhos de Damião de Góis foram profícuos, realizados durante cinco anos. Com a experiência adquirida, ele foi enviado pelo monarca português a outras missões diplomáticas: em 1528, à Inglaterra, em 1529, à Polônia e no ano de 1531, foi para a Dinamarca. Conheceu, também, a cidade de Wittenberg, que estava, naquele período, em constantes agitações pelos movimentos luteranos. Além dessas viagens, outras nações foram visitadas, a exemplo da Prússia e Rússia (Hirsch, 1967; Torres; Sousa; Dias, 2002).

Em 1532, ingressou na Universidade de Lovaina, na Bélgica e, a partir desse momento, conciliou a vida acadêmica com as atividades diplomáticas em Antuérpia. Entrou em contato com Erasmo de Roterdão (1466/69-1536), Filipe Melanchton (1497-1560) e Martinho Lutero (1483-1546). Após um ano, Dom João III o promoveu a tesoureiro da Casa da Índia em Lisboa, mas o convite foi recusado. A partir de então, retornou para Flandres e alinhou-se com a

O aspecto formativo das menções de Damião de Góis ao Brasil, em sua crônica do felicíssimo rei Dom Manuel, de 1566/67

escola humanista erasmista criando um laço de amizade com o filósofo roterdamês (Hirsch, 1967).

O contato com Erasmo foi significativo para a formação intelectual de Damião de Góis, inclusive, em 1534, Erasmo o acolheu em casa, na cidade de Friburgo, durante 17 semanas. Foi um momento de troca de informações, de aprendizado e de consolidação de um vínculo que marcaria a vida de Damião de Góis (Domingues, 2003). Após voltar para Portugal, os dois humanistas continuaram se comunicando e parte de suas cartas foram publicadas¹.

Em 1542, a cidade de Lovaina foi atacada pelo exército francês e Damião de Góis, que estava em uma viagem à Holanda, retornou à cidade a fim de defendê-la. Ao participar de uma missão de negociação com os invasores, o humanista foi feito prisioneiro e conseguiu sua liberdade após a participação de D. João III nas negociações. Como consequência direta, em 1545, o rei português chamou-o de volta para seu país natal (Hirsch, 1967; Dória, 1844; Domingues, 2003).

Regressou para Lisboa em 1546 e foi nomeado arquivista do Reino de Portugal, em 1548. Devido a seus numerosos contatos com humanistas e protestantes de toda a Europa, Simão Rodrigues (1510-1579), um dos primeiros companheiros de Inácio de Loyola (1491-1556), denunciou Damião de Góis junto ao Tribunal da Inquisição. Em 1571, ele foi preso e, após três anos de sua condenação em 1574, faleceu.

Em 1571, Damião de Góis é preso pela Inquisição. Encarcerado durante 19 meses, termina por ser condenado como luterano, ao confisco de todos os bens e a prisão perpétua, devendo esta, no entanto, ser cumprida em local a designar superiormente. Foi-lhe destinado o Mosteiro da Batalha, donde saiu pouco depois a caminho do Mosteiro de Alcobaça ou da sua casa em Alenquer. Em estalagem situada no percurso ou na sua própria casa terá sido assassinado ou morrido de acidente, em 30 de janeiro de 1574 (Domingues, 2003, p. 25).

Antes de ser julgado e condenado pelo Tribunal da Inquisição, Damião de Góis publicou diversos textos. Entre as principais citamos o *Cerco de Dio*, publicado em 1539, em latim, na cidade de Lovaina. No ano de 1540, Damião escreveu a obra *Fides, Religio, Moresque Aethiopum, a Lappiae descriptio e Deploratio Lappianae* que, de acordo com Antônio Álvaro Dória, embora tenha sido dedicada ao Papa Paulo III (1468-1549, papa desde 1534), não foi recebida com alegria por seus conterrâneos e, por isso, foi proibida de circular em Portugal. Em defesa da Espanha e contra algumas alegações feitas pelo seu amigo Sebastian Münster

(1488- 1552), escreveu o livro *Pro Hispaniae... defensio*, publicado em 1544. Em Lisboa, em 1549, talvez por pedido de Carlos V (1500- 1558), lançou o livro *Urbis Lovaniensis obsidio*; cinco anos mais tarde, publicou a primeira descrição da cidade de Lisboa, sob o título de *Urbis Olisiponis descriptio* (Dória, 1944). Suas duas crônicas, sobre D. João III e sobre D. Manuel, figuram entre as mais destacadas de suas obras.

O primeiro livro escrito em língua portuguesa e, talvez, sua principal obra, foi escrito e publicado em 1566, intitulado *Crônica do Felicíssimo rei D. Manuel*. Também editou outro texto, com o título *Crônica do Príncipe D. João* (grifo nosso), publicado em 1567. São dois textos basilares da produção goisiana.

Damião de Góis, seguindo a tradição dos humanistas, também realizou traduções de obras antigas. O exemplo mais emblemático da produção goisiana é sua tradução do *Livro do Eclesiastes*. A tradução do livro foi feita em 1538, mas ficou desaparecida até abril de 2000, quando o pesquisador Thomas F. Earle a encontrou (Earle, 2002).

Damião de Góis, dentro do universo de humanistas, destacou-se com a produção de uma vasta bibliografia. Sua importância ressoou por séculos na historiografia lusitana, e ainda hoje é tema de debates entre seus doxógrafos. Em um contexto de transformações, marcado pela valorização do homem no mundo, Damião de Góis foi um escritor importante na consolidação de uma nova visão de mundo, de caráter mais antropocêntrica. Devido à sua atuação política, esteve atento às políticas expansionistas de Portugal, recebendo informações sobre os “Descobrimentos”. Por isso, ao escrever suas obras, conseguiu também imprimir suas impressões sobre o Brasil e formar seus leitores.

O aspecto formativo do relato de Damião de Góis sobre o Brasil

A principal obra de Damião de Góis é a sua *Crônica do Felicíssimo rei D. Manuel*. O livro originalmente foi composto em quatro volumes, sendo que a primeira parte, datada de julho de 1566, abrange, em seus 103 capítulos, aproximadamente dez anos de história, que narram desde a morte de Dom João II, em outubro de 1495, até a rebelião dos lisboetas contra os chamados cristãos-novos. A segunda parte, com 46 capítulos, apresenta os acontecimentos sobre a nomeação de D. Francisco de Almeida como governador da Índia, em 1505, até a sua morte, em 1510; o autor também apresentou os feitos de Diogo Lopes de Sequeira (1465-1530), e Afonso de Albuquerque (1462?-1515). O terceiro volume conta com 80 capítulos, que compreendem um arco temporal de cerca de sete anos, desde a largada da armada de Diogo

O aspecto formativo das menções de Damião de Góis ao Brasil, em sua crônica do felicíssimo rei Dom Manuel, de 1566/67

Lopes de Sequeira, em abril de 1508, até a morte de Afonso de Albuquerque em 1515, em frente à barra de Goa. A quarta parte possui 86 capítulos, que se iniciam com a morte de D. Fernando de Castela (1452-1516), em 23 de janeiro de 1516 e termina com o falecimento do rei Dom Manuel, em 13 de dezembro de 1521, conforme narrado no capítulo LXXXIII (Torres; Sousa; Dias, 2002).

É interessante notar que os escritos de Damião de Góis não passaram despercebidos e tiveram represálias. Devido à sua falta de cautela ao narrar a história, ele sofreu censuras. Mesmo com alterações indicadas pelos censores, o humanista português respondeu seus críticos e manteve determinados trechos que acreditava serem impossíveis de alterar. Os capítulos XXIII e XXVII, da terceira parte da Crônica, da terceira parte da Crônica, foram problematizados pela rainha D. Catarina (1507-1578, rainha desde 1525), sobretudo, por acusar D. Fernando (1475-1504, rei desde 1475), rei da Espanha e seu avô, de não ser fiel com D. Manuel nas negociações em Marrocos (Torres; Sousa; Dias, 2002).

Os relatos goisianos sobre o Brasil constam na primeira parte de sua Crônica, no capítulo LV, intitulado “De quomo ha frota partio do porto de Bethalem, & do descobrimento de terra de sancta Cruz a qué chamão do Brasil” e LVI com o título de “Dalgũas particularidades da terra de sacta Cruz, & costumes da gente della”. As informações que são apresentadas por Damião de Góis, a respeito dos empreendimentos portugueses na América, foram obtidas por terceiros, uma vez que ele nunca foi enviado ao Brasil.

As impressões de Damião de Góis sobre o Brasil são expressas em seu texto, mesmo que de forma breve. O texto revela as noções que eram divulgadas e assimiladas pela intelectualidade portuguesa sobre os territórios conquistados. Outro ponto importante é que, devido à atuação política de Góis, seus relatos contribuem para aprofundar as análises sobre as relações políticas e econômicas do século XVI, em particular, no caso de Portugal e suas consequências para o mundo ocidental que acarretaram no desenvolvimento econômico europeu. “A manufatura e o movimento da produção, em geral, receberam enorme impulso através da ampliação do comércio oriunda da descoberta da América e da rota marítima das Índias orientais” (Marx, 2011, p. 125).

É possível verificar que a expansão marítima, liderada pelos reinos de Portugal e Espanha, dinamizou a economia europeia. Além disso, ampliou os horizontes de interpretação

sobre o ser humano e seu lugar no mundo, resultado das discussões humanísticas que ganhavam abrangência em todo Ocidente.

Damião de Góis foi um agente ativo deste processo de expansão do conhecimento do ser humano e do mundo. Como humanista, sua escrita centrou-se, principalmente, em privilegiar as ações humanas, como é o caso de seus relatos sobre os indígenas brasileiros. Entretanto, em alguns momentos, ele apresentou importantes descrições relacionadas ao ambiente geográfico, sobretudo no que diz respeito à natureza brasileira. A quantidade de informações e de detalhes que ele apresenta sobre o Brasil estão presentes no capítulo LVI:

Ha terra he muito viçosa, muito temperada, & de muito bõs ares, muito sadia, tão que ha mor parte da gête q morre he de velhiçe, mais que de doenças: tẽ muitas, & grandes ribeiras, & muito bõs portos, & muitas fontes de muito boas agoas, ha mais da terra he de montes, & valles, chea de bosques, em que ha aurores de desuairadas fortes, entre has quaes he há arurore do balsamo, & e hop ao brasil hai muitas heruas odoríferas, & medeçinaes, delas diferentes das nossas, entre has quaes he há q chamamos do fumo, & eu chamaria herva Setã há q dizẽ q elles chama Betum, cuja virtude poderia aqui poer cousas milagrosas, de q eu vi ha experiência, principalmente em casos desesperados, de aposthemas ulçeradas, fistolas, caraguejas, polipos, frenefis, & outros muitos casos (Góis, 1566, fl. 52).

Deslumbrados com o “Novo Mundo”, os europeus tratavam de muitos detalhes das riquezas naturais da região. Essas descrições indicavam que no território brasileiro havia muitas favas, feijões, vinho de milho e, por meio da farinha de mandioca, observaram os povos originários produzirem algo próximo da cerveja ou da sidra. Nesse contexto, segundo Damião de Góis, o pão era feito de raízes brancas de mandioca que, muitas vezes, se comidas cruas, causavam mortes súbitas (Góis, 1566).

A divulgação do exótico se tornou uma marca dos relatos portugueses sobre as terras conquistadas. Mas, é importante considerar que o relato sobre o exótico é formado por intencionalidades. Os discursos valorizavam suas posses e incentivavam sua ocupação e dominação. Estimar os aspectos geográficos e naturais era uma forma de atribuir valor aos empreendimentos ultramar da coroa portuguesa. Sempre com vistas a encontrar metais preciosos ao adentrar o exuberante e desconhecido território.

No início do capítulo LV apresenta uma narrativa acerca da viagem da frota de Pedro Álvares Cabral (1467/68-1520), que culminou com a chegada às terras brasileiras. Damião de Góis, em seu discurso, explica que, em março de 1500, a frota saiu de Belém, com bom vento e que, no trajeto, avistou as Ilhas Canárias e, também, a Ilha de Santiago; com dias navegando,

avistaram uma nova terra, que aparentava não ser nenhuma daquelas até então avistadas (Góis, 1566).

A escrita de Damião de Góis é marcada por suas intencionalidades. Ele escrevia seus livros, especialmente suas crônicas, para glorificar os representantes da nação e, ao mesmo tempo, para garantir o financiamento de seus estudos. Por isso, em seus relatos, é comum encontrar menções sobre os espaços geográficos, sobre a chegada dos portugueses às novas terras e os feitos e proezas da nação (Arnaut de Toledo; Tozati, 2011). Ao glorificar os representantes da nação e suas conquistas, criava-se um discurso pedagógico, afinal, ele contribuía para divulgar a imagem de bons governantes, como uma espécie de Espelho de Príncipe.

Outro ponto importante é que a exposição de Damião de Góis se assemelha com a de Pero Vaz de Caminha (1450-1500), “Que a partida de Belém, como Vossa Alteza sabe, foi segunda-feira, 9 de março. “[...] nos achamos entre as Canárias [...] havemos vista de terra, [...] ao qual monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal, e à terra – a Terra da Vera Cruz” (Caminha, 1981, p. 11-13). As cartas de Caminha tiveram grande circulação em Portugal, no contexto dos “Descobrimentos” e não é estranho encontrar no discurso goisiano uma semelhança. Além disso, outros escritos sobre o Brasil circulavam na Europa, como é o caso da obra *Navigazioni e viaggi*, de Giambattista Ramusio, datada de aproximadamente de 1550, o que garantiu a disseminação das informações gerais sobre o território brasileiro.

O que se pode afirmar é que, por meio dos relatos de Caminha ou Ramusio, o imaginário sobre o Brasil se consolidou. Damião de Góis, ao entrar em contato com tais ideias, trabalhou para disseminá-las, demonstrando o forte aspecto formativo de sua obra que, em primeira e última instância, visava difundir as riquezas encontradas e conquistadas pelo seu reino. Pois, conforme afirmou Dermeval Saviani, a Educação “tem a ver com conhecimentos, idéias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades” (Saviani, 1984, p.2).

Desta forma, ao disseminar conhecimentos sobre o território brasileiro, Damião de Góis estava praticando um ato naturalmente educativo. Ou seja, ele estava formando seus leitores acerca das novidades no além-mar. Curiosamente, tratava-se de informações de terceiros, as quais, ele confiou, sem conferir as terras mencionadas e divulgadas.

Caminha, uma de suas fontes, escreveu para o rei dom Manuel a fim de relatar sobre o “achamento da nova terra”, por isso, não houve um relato sobre o caminho percorrido. A

atenção do autor se voltou para o novo campo de ação e, por isso, a figura do nativo se tornou privilegiada na narrativa. Se, desde o início, encontrar ouro e prata era o interesse prioritário, o contato com os indígenas se tornou central, uma vez que poderia resultar no encontro de metais preciosos e, especialmente, por se tratar do contato com o “novo” (Massimi et al., 1997).

Pelo fato de ter contato com a obra de Caminha, não é estranho notar que Damião de Góis tenha seguido sua estrutura narrativa. Logo no início de seus relatos sobre o Brasil, o humanista português se refere ao primeiro contato entre portugueses e indígenas e o confronto de uma visão lusocêntrica com uma cultura distinta.

[...] vira andar gente baça, & nua pela praia, de cabelo comprido, & corridio, com arcos, & frechas nas mãos, pelo que mandou a alguns dos capitães que fossem com hos bateis armados ver se era isto assi, hos quaes sem saírem em terra, tornaram à capitaina afirmãdo ser verdade ho que ho mestre dixerá [...] logo tornaram cõ dous homẽs q estavã pescãdo em hũa almãdia, dos quaes se quisera informar da calidade della, mas achou hos tam bárbaros, que allẽ de nam haver lingoa que hos entendesse, nẽ per açenos fabiã dar final de cousa q lhes perguntasse, pelo q lhes mandou dar devestir, cascaueis, manilhas d latã, espelhos, & outros brincos, & assi ajaezados hos fez poer em terra, hos quaes contẽtes de bom trattamento, tornarão logo a frota com outros de companhia, carregados de milho, farinha, fauas, & outros legumes, & fructas da terra, que davam a troquo de papel, pãno de linho, cascaueis, espelho, & outras cousas desta calidade (Góis, 1566, p. 51)

A proximidade do relato de Damião de Góis com o de Pero Vaz de Caminha permite entender como a imagem da cultura indígena se disseminou em toda Europa. Tratou-se da criação de uma narrativa que não reconhecia as múltiplas dinâmicas existentes entre os povos originários da América; os considerava iguais, homogêneos.

Houve uma produção coletiva sobre os povos do Brasil que visava demonstrar uma imagem genérica sobre os aspectos geográficos do território e, principalmente, acerca da cultura e do modo de vida dos nativos. Divulgou-se essa imagem que está presente em diversos escritos de época, como as *Cartas* de Caminha, no *Navigazioni e viaggi*, de Giambattista Ramusio ou mesmo nos relatos de Damião de Góis, em sua *Crônica* ou mesmo em sua *Descrição da Espanha*, onde o humanista relata os itens que chegam do Brasil: “Do Brasil, a madeira chamada brasil, e vestuário entretecido de penas de aves, leitos de rêdes de algodão e óptimo açúcar” (Góis, 1945, p. 119). Ou seja, a visão lusocêntrica sobre o território brasileiro e a cultura dos indígenas divulgada de forma genérica e garantiu para boa parte da população europeia.

Os portugueses fizeram valer a fé cristã e promoveram uma missa, aquela que seria o primeiro rito cristão no Brasil, e que marcou uma nova fase (de conquista) do território. De acordo com Damião de Góis, todos do clero participaram da celebração: “Ha Missa foi de Diacono, & Subdiacono, offiçada com todos los frades, capellães das naos, & sacerdotes q iham narmada, & e outras pessoas que entendiam de canto, em q houve pregaçam, sendo presentes muitos dos da terra a todo ho offiço divino, com grande espãto, & acatamento” (Góis, 1566, p. 51). O sentido da missa, para além de um ato de profissão de fé, foi garantir o sentimento da conversão de uma cultura, incorporando-a em um novo credo.

Os portugueses enfraqueceram a resistência dos povos nativos, por meio do domínio de seu território e de suas memórias que, conforme Paulo Suess: “Qualificaram o passado religioso dos povos indígenas de idolatria, enfermidade ou mentira dos demônios. [...] Sua tradição era considerada irrelevante” (Suess, 1995, p. 19-20). Por isso a noção de um nascimento do Brasil, por meio da celebração da missa, é justamente uma visão que só considerou as vivências do território a partir de sua chegada e da imposição de sua cultura.

Na lógica colonial, os povos nativos foram desconsiderados em sua essência. Assim, a cultura dos indígenas foi desprezada e submetida à profissão de fé católica; suas dinâmicas sociais foram alteradas profundamente, e foram excluídos de existir em sua naturalidade. A própria desconsideração da cultura dos nativos validava uma política de invasão. Yvonne Hendrich, ao analisar o contexto e as relações contraditórias que se configuraram na época em questão, considera que o entendimento do “eu” e do “outro” foram classificados em um modelo dicotômico de hierarquia, definido pela lógica do dominador, ou seja, por não possuir padrões europeus, já que o “outro” sempre era visto sob uma perspectiva deficitária (Hendrich, 2019).

Ainda na narrativa de Damião de Góis, no capítulo LVI, são apresentadas, de forma generalizada, as práticas de vida dos indígenas brasileiros. Ele aponta que, na cultura nativa, havia homens e mulheres, chamados de pajés, com grande estima. Sobre o casamento dos nativos, notou grandes diferenças quando comparado com os ritos cristãos, especialmente porque, segundo ele, não havia a noção da monogamia, do parentesco e nem mesmo de homenagens matrimoniais. As festividades não estavam ligadas às bodas, mas a rodas de dança, sempre com a presença de bebida. Nas casas, os cônjuges possuíam seu próprio espaço, enquanto os outros viviam em espaço comum. Não guerreavam por terras, pois essas

não possuíam estima de valor. Durante as batalhas, os mortos eram sentidos, pelos mais próximos, com ritos de luto (Góis, 1566). Os relatos goisianos demonstram, desse modo, uma visão genérica sobre a cultura dos indígenas que era divulgada e assumia como caráter de verdade em boa parte da Europa, principalmente em Portugal.

Os europeus tentaram imprimir nas Américas uma dinâmica social que ocorria na Europa, uma espécie de servidão. Exigiam, então, dos nativos uma posição que não lhes era comum. “Os indígenas não sabiam ser voluntariamente servos. [...] Tentava-se instituir os indígenas como servo, forçando-o à obtenção de uma resposta que estivesse de acordo com a tradição do colonizador” (Silva, 1987, p. 53-54). A essa imposição seguia a escravidão, que era respondida por meio de resistências. Embora contassem com a vitória e a com a dominação, os portugueses também narraram os momentos de derrotas. Conforme apontou Damião de Góis:

Ahos Christão que captiuam, se tem barba ou cabellos trosquiam lhe hos da cabeça, & arrincam lhe ha barba, cõ todollos outro cabellos do corpo. Ahos que captiuam na guerra dam molheres pera hos feruiem & dormirem com ellas, & se delas hão filhos hos senhores hos vendem, ou comem: trattão muito bẽ estes captiuos de comer, & beber & has molheres q hos ferue, trabalham por lhes dar bõm pẽso. Quãdo querem fazer algũa festa matam hũ destes captiuos, & há molher com que teue conversação, ainda que delle tenha filhos, he há primeira que lhe lãça hũa ho pescoço, ho que feito ho a tam hos homens com outas pelo meo do corpo, braço, & pernas, & assi ho amarram no meo da casa a hum piar, & ho pintam, & empenam de penas de aves (Góis, 1566, p. 54).

A ocupação do território brasileiro não ocorreu de forma harmoniosa. Os indígenas resistiram, muitas vezes de forma agressiva, o que causou, no início, certo incômodo nos portugueses, sobretudo pela imagem que Pero Vaz de Caminha divulgou dos nativos, ao criar uma falsa ideia de um povo que era somente receptivo e que aceitava a invasão de forma amistosa: “em maneira que são muito mais nossos amigos que nós seus” (Caminha, 1981, p. 76).

Os portugueses reforçaram a ideia de que os povos indígenas eram “bárbaros”, justamente por não comungarem das mesmas condutas de vida. “O índio privilegia o ser, não o ter, que é o senho do homem europeu e branco. Ele se espanta ao ver uma civilização, como a nossa, que se contenta com tão pouco” (Besen, 2000, p. 11). A imagem que prevaleceu sobre os indígenas, naquele contexto, foi a de um ser incivilizado. E, justamente por isso, Damião de Góis encerra o capítulo LVI descrevendo os êxitos na conversão dos nativos. “Desta gente tão

barbara, & tão inculta hai já muitos que se converterão á fé de nosso Senhor Iesu Christo, & que sam aliados [...] e vivem do mesmo modo que hos nós fazemos” (Góis, 1566, p. 55).

Os detalhes relatados por Damião de Góis demonstram como ele estava atento às divulgações coletivas que foram produzidas e divulgadas na Europa sobre os chamados “Achamentos” de sua nação. Logo que a esquadra da Cabral chegou no território brasileiro, os lusitanos fizeram uma ocupação. Tomaram posse. Então, com isso, passaram a escrever sobre o que foi encontrado sobre os povos originários ou mesmo acerca do espaço geográfico, com florestas e de vegetações que apresentavam alta possibilidade de exploração.

As descrições realizadas pelos europeus, especialmente a de Damião de Góis, são formativas e educativas. “A Educação necessita referir-se à cultura, à tradição, ao meio social, e às relações econômicas para produzir, enfim, conhecimento, e um conhecimento localizado nos indivíduos, seres sociais, historicamente considerados” (Arnaut de Toledo; Gimenez, 2012, p. 120). Devido a influência da filosofia humanística, Damião de Góis discorreu principalmente sobre os indígenas em suas menções sobre o Brasil, a fim de divulgar o exótico e, de certa forma, analisar uma nova manifestação cultural.

Damião de Góis, defendia os empreendimentos marítimos e as missões religiosas de sua nação. Ao entrar em contato com as informações acerca dos costumes dos povos indígenas brasileiros, ele não hesitou em defender a sua cristianização. Trata-se de uma visão típica do período, compartilhada por vários humanistas que, embora fossem intelectuais abertos às novas faces da modernidade, eram, antes de tudo, agentes políticos.

Os relatos de Damião de Góis sobre o Brasil permitem um maior aprofundamento nas análises relacionadas ao período Colonial. As informações apresentadas demonstram as visões gerais que foram divulgadas em Portugal a respeito do território brasileiro e dos povos nativos. Inclusive, suas menções sobre o “novo Mundo” contribuíram para formar e educar seus leitores sobre os feitos da Coroa e da cultura nativa. Além disso, possibilitam entender o posicionamento político lusitano em um contexto de agitações no mundo europeu. Desta forma, a análise de seus escritos, se torna fundamental para ampliar as discussões sobre o desenvolvimento do século XVI e as consequências para o mundo moderno.

Considerações finais

O século XVI foi marcado por ser um período de grande efervescência cultural, política e econômica na Europa. A chegada dos portugueses à América e a exploração do território foram determinantes para a consolidação da economia lusitana, alavancando-a no contexto internacional. Damião de Góis esteve atento às agitações do seu período. Humanista assumido, ele foi um intelectual receptivo às novas faces do mundo filosófico e, com suas obras, contribuiu ativamente para a disseminação dos valores humanistas em Portugal.

As principais obras de Damião de Góis são, respectivamente, são as *Crônicas ao Felicíssimo Rei D. Manuel* (grifo nosso) e a *Crônica do príncipe D. João*. São obras basilares da produção goisiana, que possibilitam compreender, de maneira mais ampla, as políticas adotadas pelo Reino de Portugal no contexto dos “Descobrimentos”, especialmente porque as experiências de Damião de Góis são políticas, devido à sua atuação como diplomata, o que torna a narrativa singular.

Damião de Góis, mesmo sem ter conhecido o território brasileiro, demonstrou ter ciência sobre o lugar. Em seus escritos, é possível perceber sua preocupação em detalhar os aspectos geográficos do Brasil e em descrever a cultura dos povos nativos. E mesmo com sua particular visão humanista, seu discurso se alinhou com a narrativa de conquista dos portugueses, que defendiam a ideia da “barbárie” dos povos originários e a necessidade de civilizá-los. O discurso goisiano, portanto, era essencialmente educativo e político.

Os relatos de Damião de Góis sobre o Brasil e seus povos possui um forte aspecto formativo. Afinal, ao descrever os nativos brasileiros, da sua vestimenta aos costumes, o humanista buscou construir um imaginário sobre os povos dominados, além de divulgar noções gerais sobre os territórios ocupados, a fim de enaltecer as políticas do além-mar de Portugal.

Assim, é possível compreender que a análise histórica de Damião de Góis está intimamente ligada com as questões políticas de Portugal. Por ser um intelectual com proximidades na Corte portuguesa, ele recebia financiamento da Coroa para produzir suas obras. Tal fato é determinante para entender que, embora ele estivesse aberto às novas possibilidades interpretativas do mundo, não deixava de ser um diplomata e que defendia os interesses da nação e de sua fé. Ou seja, sua obra é, de forma assertiva, um tratado que dissemina valores lusitanos e, portanto, é educativa.

O aspecto formativo das menções de Damião de Góis ao Brasil, em sua crônica do felicíssimo rei Dom Manuel, de 1566/67

Diante disso, as descrições de Damião de Góis sobre o Brasil, em sua *Crônica do Felicíssimo rei Dom Manuel*, de 1566/67, nos permite entender qual era a visão difundida na Europa sobre o território brasileiro e outras terras onde os europeus acabavam de conhecer. Não obstante, isso nos possibilita discutir também a visão generalizada em relação aos povos originários.

Assim, os estudos sobre a produção goisiana ampliam as discussões acerca da gênese da Modernidade. Devido à sua função formativa e política, suas obras apresentam informações importantes sobre as relações diplomáticas que ocorriam entre Portugal e outras nações, em um período de ampliação de horizontes, possibilitada pela Expansão Marítima. As obras de Damião de Góis se configuram referências para os estudiosos da História e História da Educação que se dedicam à análise das relações de poder que se efetivaram no século XVI na nova configuração que se fazia.

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe. A Economia Política dos Descobrimentos Portugueses. In: NOVAES, Adauto (org.). **A Descoberta do Homem e do Mundo**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 193-208.

ARNAUT DE TOLEDO, Cezar de Alencar; GIMENEZ, José Carlos. Educação e pesquisa: fontes e documentos. In: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos; LOMBARDI, José Claudinei; Magalhães, Livia Diana Rocha (orgs.). **A pesquisa e a preservação de Arquivos e Fontes para a Educação, Cultura e Memória**. 2.ed. Campinas: Alínea, 2012. p. 109-125.

ARNAUT DE TOLEDO, Cezar de Alencar.; TOZATI, Lóide. Pedagogia e política na obra de Damião de Góis: uma leitura da crônica do sereníssimo príncipe d. João, de 1567. **Imagens da Educação**, v. 1, n. 1, p. 11-20, jan. 2011.

BESEN, José Artulino. **Brasil: 500 anos de evangelização**. São Paulo: Mundo e Missão, 2000.

CAMÕES, Luiz de. **Os Lusíadas**. Lisboa: Instituto Camões, 2000.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rey D. Manuel I**. Rio de Janeiro: Record, 1981.

DOMINGUES, Agostinho. **Damião de Góis e o seu tempo**. Carregado: Soartes, 2003.

DÓRIA, António Álvaro. **Damião de Góis**. Lisboa: Livraria Clássica, 1944.

DUSSEL, Enrique. **O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

EARLE, Thomas F. Prefácio. In: GÓIS, Damião de. **O livro de Eclesiastes**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. p. IX-XI.

GARCIA, José Manuel. **Breve história dos descobrimentos e expansão de Portugal**. Lisboa: Presença, 1999.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **A expansão quatrocentista portuguesa**. 2.ed. Lisboa: Dom Quixote, 2008.

GÓIS, Damião. **Chronica do felicíssimo senhor rei Dom Emanuel**: parte I. Lisboa: Casa de Francisco Correa, 1566. Disponível em: <https://purl.pt/14704/1/index.html#11/html>. Acesso em: 14 out. 2024.

GÓIS, Damião. **Correspondência latina**. São Paulo: Annablume; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

GÓIS, Damião. Descrição da Espanha. In: GÓIS, Damião. **Opúsculos históricos**. Porto: Livraria Civilização, 1945. p. 91-124.

HENDRICH, Yvonne. Imagens culturais do Eu e do Outro: Identidade e alteridade em relatos de viagens dos séculos XV e XVI, entre outros, do Códice Valentim Fernandes. In: LOPES, Paulo Catarino (org.). **Portugal e a Europa nos séculos XV e XVI**: olhares, relações, identidade(s). Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/CHAM. 2019, p. 17-38.

HIRSCH, Elisabeth Feist. **Damião de Góis**: the life and thought of a portuguese humanist, 1502-1574. Leiden: Martinus Nijhoff, 1967.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções**: Europa – 1789-1848. 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MASSIMI, Marina et al. **Navegadores, colonos, missionários na terra de Santa Cruz**: um estudo psicológico da correspondência epistolar. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e especificidade da educação. **Em aberto**. [s.v], n.22, p. 1-6, 1984.

SILVA, Janice Theodoro da. **Descobrimentos e colonização**. São Paulo: Ática, 1987.

SUESS, Paulo. **Evangelizar a partir do projeto histórico dos outros**: ensaios de missiologia. São Paulo: Paulus, 1995.

TORRES, Amadeu; SOUSA, José Baptista; DIAS, Luís Augusto Costa (orgs.). **Damião de Góis**: um humanista português na Europa do Renascimento. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002.

Notas

ⁱ As cartas de Damião de Góis estão organizadas no livro: GÓIS, Damião. **Correspondência latina**. São Paulo: Annablume; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

Sobre os autores

Daniel Longhini Vicenconi

Doutorado em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Professor temporário do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, campus Cianorte (DPD/UEM).

E-mail: dlvicenconi@uem.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3662-8855>

César de Alencar Arnaut de Toledo

Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Voluntário no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, campus de Maringá. Professor no Programa de Mestrado Profissional em Filosofia da Universidade Federal do Acre, campus de Rio Branco.

E-mail: caatoledo@uem.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7813-7950>

Recebido em: 17/10/2024

Aceito para publicação em: 10/03/2025